



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992  
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

### ATA DE Nº. 004/2026 - CONSELHO FISCAL DO IPASMA

Ata de número 04/2026 (quatro) da Reunião do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre-ES - IPASMA, sendo esta Ordinária. No dia 23/03/2026 (vinte e três de março de dois mil e vinte e seis), às 14h (quatorze horas), na sede do IPASMA, situado na Rua Dr. Chacon, nº. 108, Centro, nesta Cidade de Alegre-ES (CEP: 29.500-000); telefone: (28) 99999-1353; e-mail: [previalegre@yahoo.com.br](mailto:previalegre@yahoo.com.br) e CNPJ nº 05.269.863/0001-82), reuniu-se o Conselho Fiscal do IPASMA, por convocação do Senhor Presidente do Conselho Conselheiro Almir Ribeiro, através de Ofício nº 006/2026/CF/IPASMA (Circular), com finalidade de **"ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2025"** (dois mil e vinte e cinco). Estavam presentes à reunião: Presidente Almir Ribeiro; Vice-Presidente Alexandre de Souza Mello, Secretário Rafael Pires de Azevedo e o Membro Jean Fabrínio da Silva. Iniciando a pauta, o Presidente Almir Ribeiro deu as boas-vindas a todos os presentes e disse estar muito satisfeito com a apresentação do relatório para análise e parecer da prestação de contas anual do exercício de 2025 (dois mil e vinte e cinco), isto mostrando a seriedade e o compromisso por parte da Direção e Funcionários do Instituto. A Diretora Presidente do IPASMA Senhora Jacqueline apresentou toda a documentação para serem analisadas pelo referido conselho, referente a prestação de contas anual do exercício de 2025 (dois mil e vinte e cinco) como segue: **1 - Análise Orçamentária:** O Orçamento para o exercício de 2025 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 20.300.000,00 (vinte milhões e trezentos mil reais). Verificando o Balanço Anual apuramos que foi arrecadada no exercício a quantia de R\$ 33.964.886,26 (trinta e três milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos) em receitas orçamentárias e R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) em receitas de transferências recebidas para pagamento de Abono Câmara; e Receita de Descontos Extraorçamentário R\$ 3.432.976,62 (três milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos), enquanto que a despesa empenhada foi de R\$ 23.230.788,30 (vinte e três milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos) e a despesa realizada foi de R\$ 23.230.788,30 (vinte e três milhões, duzentos e trinta mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos), não ficando restos a pagar processados. Após a explanação acima podemos verificar que, a receita superou orçamentariamente a importância de R\$ 13.664.886,26 (treze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos), demonstrando assim um superávit de arrecadação, comparando a receita com a despesa. Verificamos que do total que foi arrecadado; 8,69 % (oito vírgula sessenta e nove por cento) são receitas provenientes das contribuições dos servidores ativos civis; 13,78% (treze vírgula setenta e oito por cento) contribuição patronal sobre o servidor ativo civil; 38,27% (trinta e oito vírgula vinte e sete por cento) refere-se à contribuição para cobertura do déficit atuarial apurado em cálculo atuarial; 20,97% (vinte vírgula noventa e





## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992  
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

sete por cento) é relativa a remuneração dos investimentos bancários; 8,41% (oito vírgula quarenta e um por cento), são receitas obtidas dos parcelamentos de débitos patronais e suplementares; 8,79% (oito vírgula setenta e nove por cento), refere-se a receita de multas e juros, a pequena porcentagem restante trata-se de contribuição do servidor inativo 0,03% (zero vírgula três por cento); 1,06% (um vírgula seis por cento), referente ao recebimento da compensação previdenciária. Na despesa efetivamente paga; 61,09% (sessenta e um vírgula zero nove por cento), foi gasto com pagamento de Aposentadorias de Inativos com paridade e 9,00% (nove por cento) com Aposentadoria de Inativos sem paridade; 4,84% (quatro vírgula oitenta e quatro por cento) referem-se à quitação de pensões sem paridade e 9,27% (nove vírgula vinte e sete por cento) com pensões com paridade. Considerando que a despesa administrativa deve ser apurada mediante cálculo da Remuneração Bruta de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do exercício de 2024, tal gasto atingiu a porcentagem de 1,96% (uma vírgula noventa e seis por cento) no ano de 2025. **2 Análise**

**Financeira:** Constatou-se que, inexistem restos a pagar processados orçamentariamente e R\$ 168.464,79 (cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos) de restos a pagar extra orçamentário: Consignação Caixa Econômica Federal, Banestes e Banco do Brasil ser quitado em janeiro 2026. Fazendo uma análise financeira das contas do IPASMA, o resultado de 2025 é o que segue: Saldo das contas em 01/01/2025.....R\$ 48.335.526,09;

Total das receitas orçamentárias de 2025.....R\$ 33.964.886,26;

Total das receitas transferências recebidas de 2025.....R\$ 4.500,00;

Total das receitas extraorçamentárias de 2025.....R\$ 3.432.976,62;

Total das despesas orçamentárias pagas em 2025.....R\$ 23.230.788,30;

Total das despesas extraorçamentárias pagas em 2025.....R\$ 3.754.593,04;

**SALDO DAS CONTAS EM 31/12/2025.....R\$ 58.752.507,63**

(cinquenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sete reais e sessenta e três centavos). Esse resultado confere com a soma das conciliações bancárias e com os extratos bancários, sendo também o que consta no Balanço Anual do IPASMA, demonstrado conforme a seguir: Saldos das Contas Correntes Previdenciárias.....R\$ 00,00;

Saldo Conta Corrente Taxa Administrativa.....R\$ 00,00;

Saldo Aplicações em Renda Fixa Art.7º I, B.....R\$ 13.148.393,43;

Saldo Aplicações em Renda Fixa Art.7º III, A.....R\$ 25.710.010,06;

Saldo Aplicações Investimento Estruturado.....R\$ 4.519.409,66;

Saldo Aplicações Renda Variável Art. 8º, I A e B.....R\$ 2.490.310,78;

Saldo Aplicações Investimento Exterior.....R\$ 463.242,44;

Saldo Aplicação Tesouro.....R\$ 12.391.151,81;

**TOTAL.....R\$ 58.722.518,18**

(cinquenta e oito milhões, setecentos e vinte e dois mil, quinhentos e dezoito reais e dezoito centavos). Verificamos que a totalidade dos recursos financeiros





## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992  
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

recebidos dos órgãos municipais vinculados ao RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) encontra-se devidamente aplicada pelo IPASMA, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos. Observamos então que, o saldo financeiro teve um acréscimo de aproximadamente 17,73% (dezessete vírgula setenta e três por cento) em relação ao exercício 2024. Detectamos que todas as parcelas vencidas no exercício de 2025 dos parcelamentos dos débitos previdenciários, foram recolhidas com acréscimos de atualização e juros. Ressalta-se, ainda, que o Comitê de Investimentos, no exercício de suas atribuições, adota postura conservadora na análise e deliberação das aplicações financeiras, priorizando alternativas com baixo nível de risco, especialmente aquelas lastreadas em títulos públicos federais, com o objetivo de preservar o capital investido e garantir a segurança dos recursos previdenciários do Instituto. **3 - Análise Patrimonial:** Em 2025, não foram adquiridos bens imóveis, permanecendo o já existente no valor de R\$ 167.375,00 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e cinco reais), conforme demonstrado no INVIMOV (termo técnico utilizado na contabilidade pública e gestão financeira, especificamente na classificação de passivos em notas explicativas, ou uma nomenclatura correlata para obrigações de movimentação/aquisição de bens patrimoniais). No caso dos bens móveis, adquirimos R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais) de bens móveis, perfazendo um total geral de R\$ 134.626,79 (cento e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos) em bens móveis, demonstrado no INVIMOV. No almoxarifado do Instituto, não ficou nada em estoque, pois é adotada a política de comprar somente o necessário para consumo imediato. Verificamos que permanece no Balanço Patrimonial (Anexo XIV) os seguintes recebíveis: **Insuficiência Financeira Apurada em 2022.....R\$7.142.403,14**, Apuração com fundamento no *caput* do art. 40 da CF, art. 1º, § 1º, § único do art. 8º e art. 69 da Lei de Responsabilidades Fiscal, art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998, artigos 17, 18 e 19 da Portaria MPS nº 403/2008 e art. 3º da Lei Complementar nº 34/2010, e no art. 20, inciso VII e art. 22 da Lei Municipal nº 2.813/2007; **Insuficiência Financeira Apurada em 2023.....R\$ 1.064.936,35**, Apuração com fundamento no *caput* do art. 40 da CF, art. 1º, § 1º, § único do art. 8º e art. 69 da Lei de Responsabilidades Fiscal, art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998, artigos 17, 18 e 19 da Portaria MPS nº 403/2008 e art. 3º da Lei Complementar nº 34/2010, e no art. 20, inciso VII e art. 22 da Lei Municipal nº 2.813/2007; **Insuficiência Financeira Apurada em 2024.....R\$ 8.889.999,10**, Apuração com fundamento no *caput* do art. 40 da CF, art. 1º, § 1º, § único do art. 8º e art. 69 da Lei de Responsabilidades Fiscal, art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998, artigos 17, 18 e 19 da Portaria MPS nº 403/2008 e art. 3º da Lei Complementar nº 34/2010, e no art. 20, inciso VII e art. 22 da Lei Municipal nº 2.813/2007; **Insuficiência Financeira Apurada em 2025.....R\$ 9.297.760,79**,